



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES ACERCA DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES/HABILITAÇÃO EM MÚSICA DA UNIMONTES

Autores: ISAÍAS PEREIRA SILVA, SAMUEL NAAMÃ SCARCELA ROSA, RAIANA ALVES MACIEL LEAL DO CARMO

Introdução

A prática como componente curricular é um dos elementos fundamentais para formação inicial de professores no Brasil, o qual propõe articular os conteúdos das disciplinas do currículo, visando à preparação do docente como um profissional que reflete sobre as suas ações. Considerando essa realidade, apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa^[1] que tem como objetivo identificar quais são as características da prática como componente curricular (PCC) no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura em Artes/Habilitação em Música da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), analisando as concepções dos docentes do curso acerca desse componente. Neste trabalho, apresentamos os resultados obtidos através das entrevistas realizadas até o momento com os professores deste curso, identificando as concepções desses docentes sobre a PCC.

Para constituição do referencial teórico evidenciamos os principais conceitos relacionados ao tema e realizamos uma revisão de literatura que abarcou textos científicos que abordam a PCC. Ficou claro que [...] a prática como componente curricular, sobretudo, em um curso de licenciatura, deve entremear todo o processo acadêmico fazendo com que os professores em formação possam vivenciar experiências que lhe servirão como base para sua atuação profissional quando o exercício da docência [...] (ALMEIDA, 2016, p.09).

Conforme Pereira (2017) a prática dentro dos cursos de licenciatura era priorizada na carga horária destinada ao estágio supervisionado e a chamada prática de ensino. Contudo, a partir do início dos anos 2000 a legislação brasileira passa a abordar um conceito mais ampliado de prática, afirmando que a PCC deve contemplar 400 horas do currículo, sendo distribuída em todos os períodos do curso e desenvolvida também no âmbito dos próprios cursos de formação, além dos espaços escolares, como sugere, por exemplo o PARECER N.º CNE/CP 28/2001 de 02 de Outubro 2001, a RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 2, de 19 de Fevereiro de 2002 e a RESOLUÇÃO N.º 2, de 1º de Julho 2015.

A partir da análise dos textos produzidos dentro da área de educação musical, a revisão de literatura deixou claro que as reflexões específicas sobre a PCC deveriam ser exploradas de forma mais aprofundada. Alguns autores como Maura Penna (2010), Tereza Mateiro (2009), Almeida, (2016) citam esse componente em seus textos e evidenciam a sua importância na formação do educador musical. Embora Almeida (2016) afirme que mesmo que esteja regulamentada e presente nos projetos pedagógicos “muitos professores não têm clareza de como promovê-la ou de seus objetivos na formação docente, pois pouco ainda se fala” sobre esse componente curricular.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e possui como universo o curso de Licenciatura em Artes/Habilitação em Música da Unimontes. Como instrumentos de coleta de dados estamos utilizando a pesquisa bibliográfica nas áreas de Educação e Educação Musical, assim como pesquisa documental nas legislações federal e estadual, nos documentos normativos da Unimontes e no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso tido como universo. Além disso, estamos realizando entrevistas semiestruturadas com os professores das disciplinas que contemplam a PCC a fim de compreender as suas concepções acerca da prática e como a trabalham nas aulas que ministram.

Resultados e discussões

A partir de uma análise do PPP do curso ficou evidente que a PCC é inserida com a nomenclatura “Prática de Formação”, isso estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) para as Universidades Estaduais de Minas Gerais. Dentro do currículo ela possui 504horas/aula estando presente do primeiro ao oitavo período, atendendo portando o exigido na legislação do CNE.

Foram entrevistados até o momento 11 professores de um total de 14. Dentre as informações coletadas destacamos aqui a formação do professor, seu tempo de atuação na Unimontes, se este já teve experiência na Educação Básica e a sua concepção sobre a PCC. Entendemos aqui por concepção a forma como o docente compreende, em que se embasa e como pratica a PCC.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Quanto à formação 82% dos professores alegaram possuir graduação em cursos de Licenciatura (Educação Artística-Habilitação em Música e Artes com ênfase em Música), e 18% disseram ter graduado em curso de bacharelado na área de Música. A respeito da formação continuada, 55% responderam possuir titulação de mestrado, envolvendo as áreas de Práticas Interpretativas, Etnomusicologia, História Social, Educação Musical e Literatura e Música; 36% são especialistas abrangendo as áreas de Educação Musical, História da Arte, Educação Artística e Psicopedagogia Institucional e Clínica; 9% possui o título de doutor na área de Ciências Sociais.

O tempo de atuação na Unimontes foi dividido em: de 10 anos ou mais, tendo 73% dos professores se adequando a este item; acima de 3 anos, com 9% dos docentes e menos de 3 anos, apresentando 18%. No que se refere à atuação na Educação Básica 55% informaram não ter experiência, enquanto 45% possuem, sendo que dentro deste número 9% possuem experiência somente na educação infantil, 9% somente no ensino fundamental e 9% no ensino médio, 18% alegaram ter prática docente em todos os níveis da Educação Básica.

Sobre as concepções dos professores quanto à PCC alguns pontos puderam ser identificados. Ficou evidente nas respostas de alguns docentes que esse componente, algumas vezes, é entendido como prática musical e não como uma prática que trabalha conhecimentos específicos da docência. Isso se exemplifica na resposta de um dos professores quanto este diz:

As disciplinas X e Y, são basicamente 90% prática, onde a gente trabalha atividades, no caso da X, a gente trabalha atividades musicais que reforçam certas questões do ensino da música, como: parâmetros musicais, audição, coordenação motora, diversas coisas que dizem respeito ao ensino da música. Na questão do violão, como é uma aula praticamente prática, o aluno está executando o tempo todo, a teorização é bem pouca, basicamente é isso, 90% prática, teorização é bem pouca, o aluno está trabalhando o tempo todo. (PROFESSOR 1, 2018).

Alguns dos professores mostraram um conhecimento acerca da PCC que converge com a legislação, como o professor 2 que a define como “a prática de Formação é o momento que o aluno tem para aprender como passar a informação que ele recebe como músico, ele vai aprender a dar aula, a Prática de Formação é para ele aprender a dar aula” (PROFESSOR 2, 2018). Outra resposta relevante apresentada é pelo professor 3, nesta ele consegue definir a PCC e a diferença do estágio como faz o CNE, distinguindo-o do estágio supervisionado e da Prática de Ensino:

Eu acho que se a gente fosse a ter ao pé da palavra, ao pé da letra, deveria ser um espaço reservado no currículo para que os conhecimentos adquiridos no ensino superior fossem postos em prática. Se tratando de licenciatura, então seriam formas de aplicar aqueles conhecimentos numa vivência docente, que não se confunde com o estágio. Seria uma vivência docente simulada, (não sei). Eu acredito que a PCC na licenciatura ela deve ser assim, mais diluída e pensando em assuntos específicos, como instrumentos específicos etc. (PROFESSOR 3, 2018).

Outro ponto que ficou evidente foi a falta de orientação das ementas contidas no PPP para o trabalho desse componente, isso mostrado na fala do professor 4, o qual afirma a necessidade de se trabalhar os aspectos teóricos e práticos nas disciplinas e evidencia que “A gente não tem por exemplo nas ementas das disciplinas. Pega uma disciplina lá e a ementa diz que tem que elaborar estratégias para articular (a PCC com conteúdos de outras disciplinas). Então, isso talvez não fica bem claro. Como é que é trabalhar esses dois aspectos, o teórico e o aspecto prático?” (PROFESSOR 4, 2018).

Essa falha apresentada no PPP, apontada pelo professor 4, é um ponto que influencia no trabalho da prática como componente, ela não estando evidente e clara para os professores, leva ao desconhecimento do docente sobre o que pode ser trabalhado.

Dentre os docentes entrevistados a maioria apresenta uma definição que se articula com que está exposto na legislação, concebendo a PCC como um momento de se trabalhar e refletir como o aluno vai utilizar o que ele aprende nas disciplinas no seu exercício profissional de professor de música. Os demais confundiram a PCC com um momento de prática musical, associando a “prática” com o momento de cantar, tocar, reger. Esses são aspectos indispensáveis para formação específica em música, mas se pensando em formação de professores, outro campo importante é o da preparação para a docência, que deve ser trabalhado com as práticas educacionais.

Considerações finais

A prática como componente curricular é um fator importante na formação de licenciandos, pudemos perceber sua presença no currículo do curso de Licenciatura em Artes/Habilitação em Música da Unimontes conforme exige a legislação, no entanto, as ementas não são claras quanto ao trabalho desse componente, o que dificulta a sua realização pelos professores.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

As entrevistas realizadas com os professores do curso de Licenciatura em Artes/habilitação em Música da Unimontes, até o momento, evidenciaram que a concepção sobre o que realmente é a prática como componente curricular, tal como é concebida na legislação desde o início dos anos 2000, não é unânime entre os professores. Alguns chegam a confundir-na com a prática musical no sentido de performance, outros com estágio e outros não sabem defini-la.

Acreditamos, portanto, que nesse trabalho avançamos da medida em que discutimos acerca de um componente fundamental que compõe a base da formação inicial de professores. A partir dos resultados dessa pesquisa será possível debater e avaliar os objetivos e os direcionamentos pedagógicos do ensino de música nessa universidade.

Referências bibliográficas

- [1] ALMEIDA, José Robson Maia de, Saberes que permeiam a formação de professores de música. In Anais... III Congresso Nacional de Formação de Professores (CNFP) e XIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores (CEPFE) . São Paulo, 2016
- [2] BRASIL, Resolução CNE/CP nº 02 de 01 de Julho de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 215. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- [3] BRASIL. Parecer CNE/CP nº 28, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- [4] BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018
- [5] MATEIRO, Tereza . Uma análise de projetos pedagógicos de licenciatura em música. Revista da ABEM, v. 22, p. 57-66, 2009
- [6] PENNA, Maura. Mr. Holland, o professor de música na educação básica e sua formação. Revista da ABEM, v. 23, p. 25-33, 2010.
- [7] PEREIRA, Beatriz. Origem e Contorno da Prática como Componente Curricular. In MOHR, Adriana; EIELEWICKI, Hamilton de Godoy. (orgs). Prática como componente curricular : que novidade é essa 15 anos depois? Florianópolis : NUP/CED/UFSC, 2017
- [8] PROFESSOR 1. Montes Claros, 04 de maio 2018. Entrevista concedida a Isaías Pereira Silva e Samuel Naamã Scarcela Rosa.
- [9] PROFESSOR 2. Montes Claros, 31 de jul. 2018. Entrevista concedida a Isaías Pereira Silva.
- [10] PROFESSOR 3. Montes Claros, 26 de set. 2018. Entrevista concedida a Samuel Naamã Scarcela Rosa.
- [11] PROFESSOR 4. Montes Claros, 19 de jun. 2018. Entrevista concedida a Isaías Pereira Silva.

Número do Parecer do Comitê de Ética: 2.404.862